

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

A CREDICENTRO - COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FORNECEDORES DE CANA E DEMAIS PRODUTORES RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO, inscrita no CNPJ sob o número 53.776.852/0001-31, remete ao Banco Central do Brasil as demonstrações financeiras e demais documentos listados abaixo para publicação na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional em conformidade com Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

- Relatório dos Auditores Independentes;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas; e
- Parecer do Conselho Fiscal.

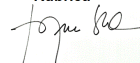
Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo.

Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Informamos que todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras, que os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas

Rubrica



DS



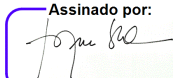
DS

GBF

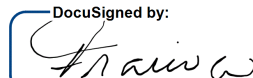
contábeis são razoáveis, e que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais exigem ajustes ou divulgação foram ajustados ou divulgados, sendo que os efeitos das distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou de forma agregada, para as demonstrações financeiras como um todo.

Confirmamos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, encontram-se nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na administração.

Araraquara – SP, 20 de março de 2026

Assinado por:

FDBE1199CA77402...

Luís Henrique Scabello de Oliveira
Diretor Presidente

DocuSigned by:

242404E16A0740D...

Francisco Malta Cardozo
Diretor Operacional

DocuSigned by:

B8DAEB7FBCFB40D...

Géssica Benicio Felipe
Contadora

CRC – PR 066.344/O-6



CREDICENTRO
Uniprime

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

EXERCÍCIO

2025

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes	03
Relatório da Administração	06
Balanco Patrimonial	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa	15
Notas Explicativas	
Nota 01 – Contexto operacional.....	16
Nota 02 – Apresentação das demonstrações financeiras.....	16
Nota 03 – Resumo das principais práticas contábeis	17
Nota 04 – Caixa e equivalente de caixa	21
Nota 05 – Títulos e valores mobiliários.....	21
Nota 06 – Relações interfinanceiras	22
Nota 07 – Operações de crédito.....	22
Nota 08 – Outros ativos financeiros.....	23
Nota 09 – Outros ativos não financeiros disponíveis para venda.....	24
Nota 10 – Outros ativos.....	24
Nota 11 – Imobilizado de uso e intangível	24
Nota 12 – Depósitos e recursos por emissões de letras.....	25
Nota 13 – Outras obrigações	25
Nota 14 – Provisão e outras obrigações com instrumentos financeiros.....	26
Nota 15 – Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas.....	26
Nota 16 – Patrimônio líquido.....	27
Nota 17 – Receitas de intermediação financeira	28
Nota 18 – Despesas de intermediação financeira.....	29
Nota 19 – Outras receitas operacionais.....	29
Nota 20 – Outras despesas operacionais	29
Nota 21 – Partes relacionadas	31
Nota 22 – Índice de Basiléia	32
Nota 23 – Implementação da resolução CMN N° 4.966/21	32
Parecer do Conselho Fiscal	34

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs.

**Conselheiros, Diretores e Associados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FORNECEDORES DE CANA E DEMAIS
PRODUTORES RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO -
CREDICENTRO
Araraquara – SP**

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FORNECEDORES DE CANA E DEMAIS PRODUTORES RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREDICENTRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis*”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos**Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

As demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FORNECEDORES DE CANA E DEMAIS PRODUTORES RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREDICENTRO, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outros auditores independentes, os quais emitiram relatório sem modificações datado de 24 de abril de 2025.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082

Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815

baueraudidores@baueraudidores.com.br

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082

Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815

baueraudidores@baueraudidores.com.br

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 23 de fevereiro de 2026.

MARIO ORLANDO Assinado de forma digital por
MARIO ORLANDO
BAUER:003321000 BAUER:00332100049
49 Dados: 2026.03.16 09:02:13
-03'00'

MÁRIO ORLANDO BAUER
Contador Responsável
CRC/RS 017883/O-T-MG

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRCMG 6427
CVM 8613

Relatório da Administração

Senhores associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito Credicentro relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

1. Negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no período

A CREDICENTRO, em continuidade ao seu processo de consolidação no Sistema Uniprime, enfrentou, assim como as demais cooperativas, um período marcado por desafios relevantes no ambiente econômico, especialmente em razão dos elevados níveis da taxa Selic, que impactaram o custo dos recursos, a demanda e a concessão de crédito. Diante desse cenário, a cooperativa manteve uma atuação prudente, priorizando a sustentabilidade das operações, a qualidade da carteira de crédito e a preservação de sua solidez financeira.

Ao longo do período, a cooperativa deu continuidade ao processo de adequação às normas e instruções editadas pelo Banco Central do Brasil, com destaque para o fortalecimento das políticas e práticas de gestão dos riscos inerentes à atividade financeira, em linha com as exigências regulatórias e as diretrizes sistêmicas.

Nesse contexto, destacou-se a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21, que estabeleceu novas regras contábeis para as instituições financeiras, alinhando a regulamentação nacional aos padrões internacionais de contabilidade. A adoção desse normativo representou um avanço relevante na forma de mensuração dos instrumentos financeiros e no reconhecimento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contribuindo para maior transparência, consistência e qualidade das informações contábeis.

A adaptação a esse novo arcabouço regulatório demandou esforços significativos da cooperativa, com revisões de políticas, aprimoramento de processos e adequações operacionais. Como resultado, a CREDICENTRO passou a contar com um modelo de gestão de riscos mais robusto, fortalecendo os controles internos e a segurança das operações.

Após mais de um ano de filiação ao Sistema Uniprime, a cooperativa também avançou na ampliação e modernização de seus produtos e serviços, proporcionando aos cooperados maior diversidade de soluções financeiras, ganhos de eficiência operacional e melhorias na experiência de atendimento.

Como parte desse processo de fortalecimento institucional e alinhamento às diretrizes sistêmicas, foi realizada em dezembro de 2025 a Assembleia Geral Extraordinária com a finalidade de deliberar sobre a reforma do Estatuto Social, aderindo ao Estatuto Social Padronizado do Sistema Uniprime, reforçando as práticas de governança, a padronização normativa e a conformidade regulatória.

No que se refere ao desempenho econômico-financeiro, no exercício 2025 a cooperativa apurou sobras superior a R\$ 900 mil, conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, refletindo a capacidade de adaptação e a resiliência da CREDICENTRO diante de um cenário econômico desafiador.

1.1. Sobre Nós

Constituída na Assembleia Geral realizada em 20 de maio de 1982, a Cooperativa de Crédito dos Fornecedoros de Cana e Demais Produtores Rurais do Centro do Estado de São Paulo – CREDICENTRO, atualmente denominada Cooperativa de Crédito Credicentro, com sede na cidade de Araraquara (SP), mantém sua vocação como instituição financeira voltada ao fomento da atividade rural em sua região de atuação, por meio da concessão de crédito para a implantação e o custeio de lavouras de cana-de-açúcar, café e demais culturas agrícolas da região.

Além dessas atividades, a CREDICENTRO oferece a seus cooperados modernos instrumentos para a administração de contas correntes, aplicações financeiras diferenciadas, bem como a contratação de seguros para lavouras, veículos e máquinas agrícolas, com condições e taxas competitivas.

Sua missão é: “Crescer e ser reconhecida como uma instituição sólida e conceituada.”

1.2. Sistema Uniprime

O Sistema Uniprime atua de forma estruturada em dois níveis — cooperativas singulares e Central — ambos regulados e supervisionados pelo Banco Central do Brasil, assegurando solidez institucional, confiabilidade e a oferta de produtos e serviços alinhados às melhores práticas do Sistema Financeiro Nacional. No exercício de 2025, o Sistema é composto por 8 cooperativas singulares filiadas, responsáveis pelo atendimento direto a aproximadamente 38 mil cooperados, além de 51 cooperativas conveniadas, com as quais mantém relação de apoio técnico, operacional e tecnológico, contribuindo para o fortalecimento do SNCC – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente econômico e regulatório desafiador, caracterizado pelo aumento da competitividade no mercado de crédito, pressão sobre as margens financeiras e intensificação das exigências regulatórias. A implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021 demandou adequações relevantes nos processos internos, com reforço das estruturas de controles internos, aprimoramento da gestão de riscos, revisão de políticas e normativos, bem como acompanhamento contínuo da qualidade das carteiras de crédito. Essas medidas tiveram como objetivo assegurar a conformidade regulatória, a adequada mensuração das perdas esperadas, a preservação da liquidez e a sustentabilidade econômico-financeira das cooperativas filiadas.

Mesmo diante desse contexto, o Sistema Uniprime apresentou desempenho consistente ao longo do exercício, registrando crescimento de 7% nos ativos, 6% na carteira de crédito, 9% na captação e 7% no Capital Social, evidenciando resiliência operacional, disciplina regulatória e capacidade de adaptação às exigências prudenciais.

No âmbito da governança, o Sistema Uniprime concluiu, em 2025, o processo de padronização do Estatuto Social das cooperativas singulares filiadas, com aprovação em assembleias realizadas ao longo do exercício. A iniciativa consolidou diretrizes institucionais comuns, fortaleceu a transparência, a uniformidade e o alinhamento às boas práticas de governança cooperativa.

O Sistema Uniprime projeta, para 2026, um cenário de oportunidades, mantendo postura prudente na concessão de crédito e foco na consolidação das normas regulatórias aplicáveis aos instrumentos financeiros. As iniciativas permanecem direcionadas à expansão dos serviços digitais, ao fortalecimento da governança sistêmica, à padronização de normativos e processos, bem como à capacitação contínua de dirigentes e colaboradores, assegurando crescimento ordenado, solidez institucional e geração de valor aos cooperados.

1.3. Canais Digitais

Visando à comodidade, praticidade e segurança dos cooperados, a CREDICENTRO disponibiliza seus produtos e serviços por meio dos canais digitais do Sistema Uniprime, abrangendo o Internet Banking e o Mobile Banking. A Uniprime Central Nacional é responsável pela manutenção, gestão e segurança desses canais, bem como do core bancário STU – Sistema de Tecnologia Uniprime, assegurando eficiência, confiabilidade e segurança no processamento das transações.

Os canais digitais proporcionam aos cooperados acesso seguro, ágil e autônomo às operações, refletindo os investimentos contínuos da Central no desenvolvimento, na proteção e na evolução tecnológica das soluções digitais do Sistema. Nesse contexto, o Sistema Uniprime lançou a nova versão do aplicativo transacional, que apresentou melhorias relevantes em usabilidade, funcionalidades e níveis de segurança, proporcionando uma navegação mais intuitiva e uma experiência aprimorada aos usuários.

2. Nosso Desempenho

2.1. Resultado

O exercício de 2025 foi encerrado com sobras no montante de R\$ 901.352,62, refletindo a solidez da gestão, a eficiência operacional e o fortalecimento das atividades da cooperativa ao longo do período, mesmo diante de um cenário econômico adverso.

2.2. Ativos

Os ativos totais ultrapassaram R\$ 40 milhões, representando crescimento de 4% em relação ao fechamento de 2024. Os recursos aplicados somaram aproximadamente R\$ 25 milhões, mantidos na Centralização Financeira do Sistema Uniprime e em Títulos e Valores Mobiliários.

A carteira de crédito apresentou evolução de 52% no exercício de 2025, alcançando mais de R\$ 15 milhões, composta por 94% de empréstimos, 4% de financiamentos e 2% de direitos creditórios descontados.

Em conformidade com a regulamentação vigente, a CREDICENTRO adotou a metodologia simplificada para cálculo de Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, considerando a classificação das operações por carteiras de C1 a C5, de acordo com a qualidade e suficiência das garantias apresentadas. No encerramento do exercício de 2025, aproximadamente 73% das operações estavam classificadas na carteira C3, 25% na carteira C2, e o residual nas carteiras C4 e C5.

2.3. Captação

As captações totais, que somaram R\$ 13 milhões, apresentaram crescimento de 4% no exercício, com a seguinte composição:

Depósitos à Vista	R\$ 2.168.757,41	16%
Depósitos a Prazo	R\$ 11.231.937,98	84%

2.4. Patrimônio de Referência

O exercício de 2025 foi encerrado com Patrimônio de Referência de R\$ 24.232.398,15, representando crescimento de 3% no período. Esse desempenho reforça a solidez patrimonial da cooperativa e sua capacidade de sustentar a expansão das operações, assegurando maior segurança aos cooperados.

O quadro social totalizava 507 cooperados ao final do exercício, com Capital Social superior a R\$ 7 milhões, evidenciando a confiança dos associados e o fortalecimento da base cooperativista.

3. Controles Internos

A avaliação dos controles internos da CREDICENTRO é conduzida em estrita observância às exigências legais e regulatórias e alinhada à Política de Conformidade, assegurando a qualidade e a adequação do sistema de controles internos. Esse processo contempla os sistemas de processamento eletrônico de dados, a gestão de riscos e demais aspectos relevantes, considerando sempre a natureza, o porte, a complexidade e o nível de risco das operações realizadas.

Nossos princípios, aliados às normas internas e a programas contínuos de capacitação profissional, reforçam a busca pela excelência nos procedimentos e controles adotados. O objetivo é prevenir a ocorrência de situações que possam configurar violações à Política de Conduta Ética ou operações com indícios de vínculo a atividades ilegais, assegurando a adoção tempestiva das medidas cabíveis.

4. Gerenciamento de Riscos

A CREDICENTRO, em conjunto com a Uniprime Central Nacional, adota práticas de gestão de riscos e de capital compatíveis com seu porte e complexidade, com foco na solidez patrimonial, na saúde econômico-financeira e na adequada capacidade de captação. Tais práticas reforçam o compromisso da cooperativa com a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e com a sustentabilidade de suas operações.

O gerenciamento do risco de crédito é conduzido de forma estruturada e alinhada ao apetite ao risco, abrangendo o monitoramento contínuo da carteira, a elaboração de reportes periódicos e a observância das políticas internas e diretrizes regulatórias. A gestão de capital permite a adequada avaliação das necessidades de capital e a otimização de sua alocação, em conformidade com os requisitos legais e prudenciais vigentes.

No âmbito do risco operacional, a cooperativa mantém processos internos voltados à identificação, ao monitoramento e à mitigação de falhas, contribuindo para a eficiência dos controles internos e para a continuidade das operações. Quanto à solvência e à liquidez, são adotados mecanismos de acompanhamento e tratamento das fontes de risco, assegurando a capacidade de honrar seus compromissos financeiros. Adicionalmente, a cooperativa realiza a avaliação dos riscos ESG, considerando aspectos ambientais, sociais e de governança, alinhados às melhores práticas de sustentabilidade e à condução responsável dos negócios.

O Conselho de Administração é responsável por estabelecer diretrizes, políticas e alçadas relacionadas à gestão de riscos, reforçando a governança corporativa. As ações implementadas visam assegurar a prestação consistente de serviços financeiros, com qualidade no atendimento aos cooperados, atuação ética, apoio ao desenvolvimento regional e crescimento sustentável.

5. Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Seguindo os princípios do cooperativismo e sua contribuição social e econômica, a Cooperativa adota as melhores práticas de mercado para a identificação, análise e adoção das devidas providências relacionadas à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/CFT). Com foco na transparência e na proteção de seu patrimônio, a Cooperativa atua no combate a práticas ilícitas que possam envolver o sistema financeiro, em conformidade com a legislação vigente, notadamente a Lei nº 9.613/1998, alterada pela Lei nº 12.683/2012, a Lei nº 13.260/2016 e a Circular nº 3.978/2020, que dispõe sobre a política, os procedimentos e os

controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em linha com suas diretrizes de PLD/CFT e por meio de mecanismos de monitoramento, análise e identificação de operações, a Cooperativa tratou os alertas gerados e destinou adequadamente as ocorrências de atipicidade, conforme definição do Diretor responsável por PLD/CFT.

6. Sistema de Ouvidoria

A Uniprime Central Nacional mantém um componente organizacional de Ouvidoria único responsável pelo atendimento às cooperativas singulares filiadas, bem como às cooperativas conveniadas e tomadoras do serviço. A Ouvidoria tem como finalidade receber, analisar, mediar e esclarecer demandas quando as soluções previamente apresentadas pelas cooperativas singulares não atenderem às expectativas dos cooperados ou usuários.

O acesso ao canal é gratuito e pode ser realizado por meio do telefone 0800 400 9066, do e-mail ouvidoria@uniprimecentral.com.br ou pelo site <https://www.uniprime.com.br/ouvidoria>.

Não houve registro de reclamações referentes à CREDICENTRO no exercício de 2025.

7. Canal de Denúncia

Todas as relações do Sistema Uniprime são pautadas por padrões éticos, expressos em nossa Política de Conduta Ética, que aponta regras a serem observadas pelo Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, diretores, colaboradores e estagiários no relacionamento com a própria empresa, com seus colegas de trabalho e com pessoas que têm algum tipo de vínculo com o Sistema Uniprime.

O Canal de Denúncias, disponível 24 horas por dia para o público interno e externo do Sistema Uniprime através do nosso site www.uniprime.com.br/denuncias, é uma ferramenta de comunicação segura, transparente, independente e imparcial e, se desejada, anônima, para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos em nossa Política de Conduta Ética e/ou da legislação vigente.

No exercício de 2025 não houve registro de situações com indícios de ilicitude no Canal de Denúncias referentes à CREDICENTRO.

8. Auditoria

Em cumprimento das regulamentações vigentes, a Cooperativa é auditada e supervisionada pelas instituições abaixo:

- Uniprime Central;
Acompanha o processo de auditoria Cooperativa, valida o plano de ação particular e o sistêmico, monitora a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis, fiscais, financeiras e operacionais da Cooperativa, avaliadas pela auditoria Cooperativa, realizando também auditorias pontuais.
- Moore Stephens Prisma Auditores Independentes;
Realiza a auditoria Cooperativa, analisando os procedimentos de controles internos da Cooperativa, sua complexidade e atividades econômicas.

- Bauer Auditores Associado;
Realiza a auditoria independente das demonstrações financeiras, contribuindo para maior transparência nas ações da Cooperativa.

Agradecimentos

Pelos resultados e avanços alcançados, agradecemos aos cooperados e colaboradores, que nos honram com sua confiança e nos motivam a fazer sempre melhor. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

Araraquara - SP, 31 de dezembro de 2025

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICENTRO

COOP. DE CRÉDITO DOS FORNEC. DE CANA E DEMAIS PROD. RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ATIVO	NOTA	31/12/2025
Disponibilidades	04	241.659,20
Instrumentos financeiros		40.438.095,56
Ativos financeiros ao custo amortizado		24.239.174,08
Títulos e valores mobiliários	05	8.043.663,06
Relações interfinanceiras	06	853.165,55
Operações de crédito	07	15.554.594,15
Outros ativos financeiros	08	232.618,20
Provisão para perdas esperadas	07	(444.866,88)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		16.198.921,48
Títulos e valores mobiliários	05	16.198.921,48
Ativos não financeiros disponíveis para venda	09	127.675,00
Outros Ativos	10	3.651,87
Imobilizado de uso	11	89.784,46
Intangível	11	249,32
TOTAL DO ATIVO		40.901.115,41

PASSIVO	NOTA	31/12/2025
PASSIVO		16.760.742,55
Instrumentos financeiros		16.630.643,93
Passivos financeiros ao custo amortizado		16.630.643,93
Depósitos e recursos por emissões de letras	12	13.400.695,39
Outras obrigações	13	3.229.948,54
Provisão e outras obrigações com instrumentos financeiros	14	11.304,40
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	15	118.794,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	24.140.372,86
Capital social		7.215.704,71
Reserva de capital		8.820.721,06
Reserva de lucros		7.865.040,10
Sobras ou perdas acumuladas		238.906,99
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		40.901.115,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOP. DE CRÉDITO DOS FORNEC. DE CANA E DEMAIS PROD. RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	EXERCÍCIO
		2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17	5.529.303,12
Operações de crédito		2.025.995,73
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.503.307,39
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18	(1.573.269,66)
Operações de captação no mercado		(1.561.907,45)
Provisão para perdas esperadas		(11.362,21)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.956.033,46
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	19	137.806,74
Receitas de prestação de serviços		125.661,79
Outras receitas operacionais		12.144,95
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	20	(3.378.529,98)
Despesas de pessoal		(1.711.118,61)
Despesas administrativas		(1.407.391,27)
Despesas tributárias		(3.565,47)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais		(26.398,04)
Outras despesas operacionais		(230.056,59)
RESULTADO OPERACIONAL		715.310,22
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		220.381,36
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		935.691,58
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		(117.066,38)
Imposto de renda e contribuição social		(117.066,38)
RESULTADO LÍQUIDO		818.625,20
ABSORÇÃO - FATES E RESERVAS		82.727,42
RESULTADO DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		901.352,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOP. DE CRÉDITO DOS FORNEC. DE CANA E DEMAIS PROD. RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	EXERCÍCIO
		2025
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		818.625,20
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO		-
Itens que serão reclassificados para o resultado		-
Itens que não serão reclassificados para o resultado		-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		818.625,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOP. DE CRÉDITO DOS FORNEC. DE CANA E DEMAIS PROD. RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Eventos	NOTA	Capital	Reserva de	Reserva		Sobras/Perdas	Patrimônio
		Realizado	Capital	Cooperativas	Valores Revertidos	Acumuladas	Líquido
Saldo em 31/12/2024		6.465.821,28	8.140.855,05	7.253.215,27	-	1.722.758,32	23.582.649,92
Integralizações de capital		587.301,89	-	-	-	-	587.301,89
Baixas de Capital		(627.311,32)	-	-	-	-	(627.311,32)
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	818.625,20	818.625,20
Resultado - Absorção FATES e Reservas		-	-	-	-	82.727,42	82.727,42
Reservas e Fundos							
Realização de reservas		-	679.866,01	-	-	-	679.866,01
Reclassificação de reservas		-	-	-	361.466,25	-	361.466,25
Distribuição de Sobras							
Distribuição de sobras para capital		789.892,86	-	-	-	(789.892,86)	-
Distribuição de sobras para conta corrente		-	-	-	-	(352.956,40)	(352.956,40)
Distribuição de sobras para reservas		-	-	250.358,58	-	(250.358,58)	-
Distribuição de sobras para fundos voluntários		-	-	-	-	(557.692,48)	(557.692,48)
Distribuição de sobras para FATES		-	-	-	-	(139.080,49)	(139.080,49)
Participação Lucros e Resultados		-	-	-	-	(22.216,58)	(22.216,58)
Ajustes de transição Res. 4.966/21		-	-	-	-	(155.658,38)	(155.658,38)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(117.348,18)	(117.348,18)
Saldo em 31/12/2025	16	7.215.704,71	8.820.721,06	7.503.573,85	361.466,25	238.906,99	24.140.372,86
Mutações do Período		749.883,43	679.866,01	250.358,58	361.466,25	(1.483.851,33)	557.722,94

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOP. DE CRÉDITO DOS FORNEC. DE CANA E DEMAIS PROD. RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Reais)
MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	EXERCÍCIO
		2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras Líquidas		818.625,20
Ajustes por:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(716.635,76)
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda		232.325,06
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas		118.794,22
Depreciações		26.033,58
Amortizações		364,46
Geração Bruta de Caixa		479.506,76
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento)/Redução de títulos e valores Mobiliários		(8.043.663,06)
(Aumento)/Redução de relações interfinanceiras		(285.028,94)
(Aumento)/Redução de operações de crédito		(5.300.635,01)
(Aumento)/Redução de outros ativos financeiros		4.220,76
(Aumento)/Redução de outros ativos		(3.651,87)
Aumento/(Redução) de depósitos e recursos por emissões de letras		531.247,41
Aumento/(Redução) de outras obrigações		525.952,43
Aumento/(Redução) de outros passivos financeiros		(61,11)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(12.092.112,63)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aquisição)/Alienação de Investimentos		(30.823,79)
(Aquisição)/Alienação de Imobilizado		(39.793,43)
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de investimentos		(70.617,22)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralizações de Capital Social		587.301,89
Baixas de Capital		(627.311,32)
Distribuição de Sobras		(352.956,40)
Destinação para FATES		(139.080,49)
Destinação Fundos Voluntários		(557.692,48)
Realização de Reservas		679.866,01
Absorção FATES		82.727,42
Participação Lucros e Resultados		(22.216,58)
Transferência de Capital a Pagar		361.466,25
Ajuste de Exercícios Anteriores		(117.348,18)
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de financiamento		(105.243,88)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(12.267.973,73)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período		28.714.344,51
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	04	16.446.370,78
AUMENTO / (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(12.267.973,73)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 01 – Contexto operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FORNECEDORES DE CANA E DEMAIS PRODUTORES RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO é uma Sociedade Cooperativa regulada pelo disposto na Lei Federal 5.764/71, constituída de acordo com as Resoluções emanadas do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN, que visa promover assistência financeira aos seus cooperados em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a produção e a produtividade rural. É uma cooperativa de crédito singular, filiada ao Sistema Uniprime, classificada como cooperativa clássica e pertencente ao segmento S5.

A Credicentro tem sua constituição e funcionamento regulamentados pelas seguintes normas:

- **Lei nº 4.595/64**, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias;
- **Lei nº 5.764/71**, que define a Política Nacional do Cooperativismo;
- **Lei Complementar nº 130/09**, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo;
- **Resolução CMN nº 5.051/22** e suas alterações;
- **Resoluções CMN nº 4.910/21, 4.970/21 e 5.051/22**, que dispõem sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito;
- **Estatuto Social** consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2025.

A Credicentro é participante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e abrangência nacional. O FGCoop tem como objetivo prestar garantia de crédito nos casos de intervenção ou liquidação extrajudicial de instituições associadas, com limite de R\$ 250.000,00 por associado (CPF/CNPJ). Além disso, o fundo também pode contratar operações de assistência, suporte financeiro e liquidez às filiadadas.

A administração da cooperativa reafirma seu compromisso de continuar desempenhando suas atividades e operações de forma regular. Não há conhecimento de indícios ou incertezas que possam configurar a descontinuidade de suas operações.

Nota 02 – Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e às alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, devidamente adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista. Também observam as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), além de serem apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Foram aplicados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores no âmbito do processo de convergência às normas contábeis internacionais, desde que não conflitem com a regulamentação específica do CMN e do BACEN, a saber:

- Pronunciamento Conceitual Básico (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 03 – Fluxo de Caixa (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 06 – Arrendamento (Resolução nº 4.975/2021)
- CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (Resolução nº 3.989/2011);

- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823/09);
- CPC 28 – Propriedade para Investimento (Resolução nº 4.967/21);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.877/2020);
- CPC 41 – Resultado por ação (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução nº 4.924/2021).

Na elaboração destas demonstrações financeiras também foram observadas as disposições da Legislação Cooperativista.

Em conformidade com a regulamentação vigente, a Credicentro adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. A Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 representaram mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- A adoção da metodologia simplificada para Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito com base na classificação das operações de crédito por carteiras de C1 a C5, de acordo com a qualidade e suficiência das garantias apresentadas. Essa segmentação reflete o nível de risco de crédito, sendo C1 destinada às operações com garantias de maior robustez, e C5 às operações com garantias de menor qualidade ou relevância.
- Classificação e mensuração de ativos financeiros com base no modelo de negócio da Credicentro e nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo (também denominado teste de “SPPJ”);
- A adoção da metodologia diferenciada linear para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de risco de recuperação”; e
- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

A Credicentro implementou o conjunto de Instruções Normativas do Banco Central do Brasil que, a partir de 1º de janeiro de 2025, alteraram e definiram as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), abrangendo os seguintes grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; e (v) resultado credor e devedor.

A Credicentro adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 e no artigo 102 da Resolução BCB nº 352, de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Nota 03 – Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional. Referem-

se a recursos que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor.

b) Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da negociação.

Os ativos financeiros são baixados, se:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem.
- não houver expectativas razoáveis de sua recuperação. Neste caso, a baixa é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada. As recuperações subsequentes são contabilizadas como receita em contrapartida do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencida.

c) Classificação de ativos financeiros

Em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** Categoria aplicável aos ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cuja estratégia de gestão é voltada exclusivamente para a obtenção de fluxos de caixa contratuais, compostos unicamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal (SPPJ). A mensuração do ativo é realizada pelo valor de reconhecimento inicial, ajustado pelo método da taxa de juros efetiva, deduzido das amortizações de principal e juros, bem como de eventual provisão para perda de crédito esperada;
- **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Aplicável quando o ativo financeiro é mantido com o objetivo tanto de receber fluxos de caixa contratuais (pagamentos de principal e juros), quanto de ser eventualmente vendido; e
- **Valor Justo por Meio do Resultado (VJPR):** Ativos financeiros são classificados nesta categoria quando (i) não atendem aos critérios para classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou (ii) quando são mensurados pelo seu valor justo em cada data de balanço e as variações desse valor são reconhecidas diretamente no resultado do período, refletindo imediatamente os efeitos de mercado nas demonstrações financeiras.

Modelos de negócios para gestão de ativos financeiros: são definidos conforme os objetivos da cooperativa, aprovados pelo Conselho de Administração, e indicam como grupos de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir metas específicas, considerando os riscos do modelo de negócios e sua avaliação e reporte à Administração.

SPPJ: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro, com o objetivo de verificar se se referem exclusivamente ao pagamento de principal e juros (contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro). Caso haja exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro não atende ao teste SPPJ e deve ser classificado na categoria de Valor Justo por meio do Resultado.

Instrumentos Patrimoniais: as ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado.

d) Classificação de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada aos passivos financeiros designados, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis;
- **Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras:** mensurados pelo maior valor entre (i) a provisão para perdas de crédito esperada; e (ii) o saldo da tarifa sobre o serviço a

ser diferido no resultado, conforme prazo do contrato.

e) Taxa de Juros Efetiva: Método de juros efetivos para o cálculo da receita ou despesa de juros para os instrumentos financeiros ao custo amortizado, o qual considera custos e taxas diretamente atribuíveis ao contrato, como comissões pagas ou recebidas pelas partes do contrato, custos de transação e outros prêmios e descontos. A apropriação de juros deixa de ser reconhecida a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de risco de recuperação”.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas em conformidade com a regulamentação vigente e com a política de risco de crédito do Sistema Uniprime. Foi adotada a metodologia simplificada para apuração das provisões, complementada pela metodologia sistêmica prevista na política. Esta metodologia estima a média de perdas que a cooperativa pode registrar em sua carteira de crédito em determinado período, considerando variáveis como: alocação de ativos por tipo de carteira, variação dos indicadores de inadimplência conforme a faixa de atraso e pesos atribuídos às vulnerabilidades de cada operação (C's de Crédito). O cálculo visa mensurar, em valores monetários, o nível esperado de provisionamento das perdas e aprimorar a gestão do risco de crédito. Caso a estimativa interna supere o mínimo regulamentar, aplica-se um complemento de provisão.

g) Ativo problemático

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando apresentar atraso superior a 90 dias no pagamento, operações reestruturadas ou quando houver evidências de que a obrigação não será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas, independentemente da existência de garantias ou colaterais. A operação deixa de ser caracterizada como problemática quando, de forma cumulativa, forem atendidos os seguintes critérios: inexistência de parcelas vencidas (inclusive do grupo econômico), manutenção da pontualidade nos pagamentos por, no mínimo, 90 dias consecutivos, cumprimento das demais obrigações contratuais por período considerado suficiente e evidências de capacidade de pagamento integral, inclusive em operações reestruturadas, sem a necessidade de execução de garantias.

h) Outros Ativos

Compreendem os bens, direitos e demais itens que não possuem natureza financeira, registrados de acordo com os critérios estabelecidos na regulamentação vigente. Incluem, entre outros, os ativos recebidos em liquidação de operações, ativos mantidos para venda, créditos tributários e despesas antecipadas, entre outros.

i) Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

O intangível corresponde a direitos adquiridos sobre bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, sendo demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, calculadas com base na estimativa da vida útil do bem.

j) Redução do valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*Impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2025 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em conformidade com a regulamentação vigente, para fins de mensuração da provisão para compromissos de crédito e garantias financeiras prestadas, é considerada a avaliação de risco do cooperado, amparada por informações internas e externas, contemplando aspectos como: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, pontualidade e eventuais atrasos nos pagamentos, situação de renda e de patrimônio, bem como outras informações cadastrais.

A referida classificação compreende 08 (oito) níveis, de A a H, os quais refletem percentuais de provisão que variam de 0,5% a 100%, conforme o nível de risco atribuído ao cooperado. Esses percentuais são aplicados de forma integral sobre os valores garantidos por cooperado, representando a provisão para desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição, vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas.

Com relação aos compromissos de crédito, os percentuais de provisão são aplicados sobre a base correspondente a 40% dos referidos compromissos, parcela dos instrumentos financeiros ponderados pelo risco, em linha com as regulamentações aplicáveis à gestão de riscos

l) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações. De acordo com a probabilidade de perda são classificados como: (i) provável e são provisionados nas Demonstrações Contábeis; (ii) possível, não são provisionados e são informados nas Notas Explicativas; e (iii) remota, nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para cada base de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e pela Contribuição Social quando auferirem resultados positivos provenientes de operações e atividades estranhas à sua finalidade ou realizadas com não associados, denominadas atos não cooperativos.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, elaboradas pelo método indireto, foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com os prazos inferiores a 360 dias são classificados no circulante, e aqueles com prazos superiores, não circulante.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, sendo classificados em:

- **Eventos que originam ajustes:** evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** evidenciam condições que surgiram após a data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existentes, são descritos em notas explicativas e divulgados conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes.

Declaramos que não houve eventos subsequentes relevantes às demonstrações encerradas em 31 de

dezembro de 2025.

Nota 04 – Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa são formados por disponibilidades em moeda nacional e investimentos com liquidez imediata, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses, utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da cooperativa. Destacamos que a variação superior a R\$ 12 milhões na rubrica (aumento)/redução de títulos e valores Mobiliários na Demonstração de Fluxo de Caixa se refere a exclusão de títulos do tesouro nacional.

Em consonância com a Resolução CFC 1.296/2010, itens 48 a 52, registramos informações complementares à Demonstração de Fluxo de Caixa: Todo saldo de Caixa e Equivalente de Caixa estava disponível para a entidade na data de 31/12/2025. Informamos ainda que a Cooperativa não possui linha de crédito pré-aprovada.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2025
Disponibilidades	241.659,20
Títulos e Valores Mobiliários	15.636.574,97
Relações Interfinanceiras	568.136,61
TOTAL	16.446.370,78

Nota 05 – Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários (TVM) representam as aplicações e participações da Cooperativa, classificados como instrumentos financeiros na categoria valor justo por meio do resultado, conforme descrito nas principais práticas contábeis divulgadas na Nota 3:

	31/12/2025			
	A VENCER			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Ativos financeiros ao custo amortizado</u>				
Carteira própria				
Títulos públicos federais	4.973.734,86	3.069.928,20	-	8.043.663,06
Total ativo financeiro ao custo amortizado	4.973.734,86	3.069.928,20	-	8.043.663,06
<u>Ativos financeiros a VJR</u>				
Carteira própria				
Fundos de investimento ¹	15.636.574,97	-	-	15.636.574,97
Participações de cooperativas ²	-	-	562.346,51	562.346,51
Total ativo financeiro VJR	15.636.574,97	-	562.346,51	16.198.921,48
Total 31/12/2025	20.610.309,83	3.069.928,20	562.346,51	24.242.584,54

(1) Os títulos classificados na categoria de fundos de investimento são aqueles cuja administração pode negociar ativa e frequentemente no mercado. Esses títulos possuem seu valor de custo

atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo este ajuste lançado em conta específica do resultado do exercício.

- (2) A participação na Uniprime Central Nacional refere-se à integralização de capital, em virtude da filiação da cooperativa ao Sistema Uniprime. Integralizações anuais estão previstas no Estatuto da Central, até o limite mínimo de 2% do Capital Social da Singular.

Nota 06 – Relações interfinanceiras

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Relações Interfinanceiras	31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante
Centralização financeira ¹	568.136,61	267.028,94
Pagamentos e recebimentos a liquidar ²	18.000,00	-
TOTAL	586.136,61	267.028,94

- (1) Centralização Financeira – Cooperativas

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades e não aplicados em Títulos e Valores Mobiliários são depositados na Uniprime Central Nacional – Central Nacional de Cooperativa de Crédito, que os aplica de forma centralizada com os recursos das demais cooperativas singulares filiadas ao sistema, cuja receita é mensalmente creditada às singulares, proporcionalmente ao volume de depósitos mantidos.

Registrado em não circulante o total de Centralização Financeira vinculado como garantia em operações de cartão de Crédito da Singular mediante convênio da Uniprime Central Nacional com Instituição Financeira parceira para emissão e processamento do produto.

A receita de Centralização Financeira no exercício de 2025 foi de R\$ 195.413,13 registradas na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários da demonstração do Resultado.

- (2) Pagamentos e recebimentos a liquidar

Referem-se a cheques e outros papéis recebidos em outros sistemas de liquidação.

Nota 07 - Operações de crédito

As operações de crédito foram classificadas como custo amortizado.

- a. Em 31 de dezembro de 2025 a composição da carteira de operações de crédito de curto e longo prazo apresentava a seguinte distribuição:

Operações de crédito	31/12/2025			Total
	A Vencer			
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Operações ativas	2.770.597,91	7.360.587,29	5.423.408,95	15.554.594,15

b. Registro da carteira de crédito classificada em não problemáticos e problemáticos:

Classificação da carteira	Não problemático	Problemático
Carteira C1	-	-
Carteira C2	3.836.504,87	-
Carteira C3	10.991.846,32	337.743,83
Carteira C4	3.650,62	-
Carteira C5	384.848,51	-
Total Geral	15.216.850,32	337.743,83

c. Classificação da carteira de crédito líquida por modalidade de crédito:

Carteira de crédito	Total carteira bruta	Provisão para perdas	Total carteira líquida de provisão
Adiantamento a depositante	493,96	(37,05)	456,91
Empréstimos	14.665.170,06	(430.660,94)	14.234.509,12
Direitos creditórios descontados	344.777,16	(6.550,76)	338.226,40
Financiamentos	544.152,97	(7.618,13)	536.534,84
Total operações de crédito	15.554.594,15	(444.866,88)	15.109.727,27

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são apuradas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e estão de acordo com as normas e instruções do CMN e BCB.

d. Classificação da carteira de crédito bruta por carteiras de ativos financeiros:

Carteira de crédito	C2	C3	C4	C5
Adiantamento a depositante	-	-	-	493,96
Empréstimos	3.292.351,90	10.984.812,99	3.650,62	384.354,55
Direitos creditórios descontados	-	344.777,16	-	-
Financiamentos	544.152,97	-	-	-
Total classificado por carteira	3.836.504,87	11.329.590,15	3.650,62	384.848,51

e. Concentração de devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	
	Valor	%
Maior devedor	1.162.114,53	7,47%
10 seguintes maiores devedores	7.657.048,94	49,23%
20 seguintes maiores devedores	5.010.965,12	32,22%
40 seguintes maiores devedores	1.707.947,22	10,98%
Demais devedores	16.518,34	0,11%
TOTAL	15.554.594,15	

Nota 08 – Outros ativos financeiros
a) Ativos financeiros ao custo amortizado

	31/12/2025
Outros ativos financeiros	Circulante
Outras rendas a receber ¹	11.548,68
Adiantamentos para pagamentos por conta da instituição	56,51
Cheques a receber	11.428,65
Devedores por depósitos em garantia ²	203.584,36
Devedores diversos – país	6.000,00
TOTAL	232.618,20

(1) O valor de rendas a receber refere-se a juros de cheque especial, adiantamento a depositante e comissões a receber de competência do mês em curso que serão liquidadas no mês subsequente.

(2) Referem-se à depósitos judiciais.

Nota 09 – Ativos não financeiros disponíveis para venda

Referem-se a bens de propriedade da instituição, não utilizados no desempenho da atividade social, inclusive os recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa liquidação.

	31/12/2025	
Ativos não financeiros - AMV	Circulante	Não Circulante
Ativos não financeiros - AMV	-	127.675,00
TOTAL	-	127.675,00

Nota 10 - Outros ativos

Despesas pagas antecipadamente e das quais decorrerão benefícios para a Credicentro em períodos seguintes. São registradas ao custo de aquisição e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas, em observância ao regime de competência.

	31/12/2025
Outros ativos	Circulante
Despesas pagas antecipadamente	3.651,87
TOTAL	3.651,87

Nota 11 - Imobilizado de uso e intangível

O Imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas com base no histórico da empresa do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos. Em 31 de dezembro de 2025 estão assim representados:

DESCRIÇÃO	Taxas anuais de depreciação (%)	31/12/2025		
		Custo Corrigido	Deprec/Amort Acumulada	Líquido
Imobilizado de Uso		232.744,96	(142.960,50)	89.784,46
Móveis e equipamentos de uso	10%	112.691,70	(60.980,63)	51.711,07
Equipamentos de processamento de dados	10%	75.416,97	(55.812,88)	19.604,09
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	10.667,79	(9.182,79)	1.485,00
Benfeitoria em imóveis de terceiros	50%	33.968,50	(16.984,20)	16.984,30
Intangível		38.090,00	(37.840,68)	249,32
Sistema de Processamento de Dados	20%	35.000,00	(35.000,00)	0,00
Licenças	20%	3.090,00	(2.840,68)	249,32
TOTAL				90.033,78

Nota 12 - Depósitos e recursos por emissões de letras

Os depósitos foram classificados como passivo financeiro ao custo amortizado:

Depósitos	31/12/2025
À Vista	2.168.757,41
A Prazo	11.231.937,98
TOTAL	13.400.695,39

a) Depósito a Prazo –Concentração de depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	
	VALOR	%
Maior depositante	1.133.364,66	10,09%
10 seguintes maiores depositantes	6.009.317,43	53,50%
20 seguintes maiores depositantes	2.800.959,71	24,94%
40 seguintes maiores depositantes	1.175.051,50	10,46%
Demais depositantes	113.244,68	1,01%
TOTAL	11.231.937,98	

Nota 13 – Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de outras obrigações estava assim composto classificado como custo amortizado:

a) Sociais e Estatutárias

Outras Obrigações	31/12/2025	
		Circulante
IOF a recolher - operação de crédito		886,70
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social ¹		1.000.025,19
Fundos voluntários ²		1.423.573,10
Cotas de Capital a Pagar ³		502.912,59
Fiscais e Previdenciárias ⁴		91.415,59
Despesas de Pessoal ⁵		35.634,51
Recebimentos Em Trânsito De Terceiros		42,64
Outros Passivos ⁶		175.458,22
TOTAL		3.229.948,54

- (1) Atendendo à instrução do BACEN, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº. 5.764/71.
- (2) Fundo destinado para equalização de taxas de juros praticadas em operações de crédito. As destinações são aprovadas em Assembleia Geral Ordinária.
- (3) O valor em cotas de capital a pagar refere-se à restituição do capital integralizado pelo associado, em razão do seu desligamento, por demissão, exclusão ou eliminação, conforme estabelecido no parágrafo 4º do artigo 24 da Lei nº 5.764/71.
- (4) Referem-se aos impostos e contribuições a recolher devidos pela instituição ou retidos na fonte, que serão recolhidos posteriormente conforme determina a legislação.
- (5) Provisão para pagamento de despesas com pessoal representa o valor necessário para pagamento de 13º salário, férias e seus respectivos encargos, apurados pelo número de dias de direito dos funcionários.
- (6) Outros passivos representam valores a pagar a fornecedores e obrigações pendentes a serem regularizadas no decorrer do semestre seguinte.

Nota 14 - Provisão e outras obrigações com instrumentos financeiros

Referem-se as provisões para perdas de crédito esperadas com compromissos de créditos e de garantias financeiras prestadas:

Obrigações com instrumentos financeiros	31/12/2025	
	Base	Provisão para perdas
Compromissos de crédito	894.580,69	7.996,60
Garantias financeiras prestadas	226.118,75	3.307,80
TOTAL	1.120.699,44	11.304,40

Nota 15 - Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Provisões para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas. A Cooperativa considera a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos e mantém como provisão para contingências os processos classificados como risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Em 31 de dezembro de 2025 a Credicentro consta como Réu em um processo cível classificado como perda provável que soma R\$ 118.794,22.

Nota 16 – Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reserva de Capital, Reserva de Lucros e Sobras Acumuladas.

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Capital Social	7.215.704,71
Número de Associados	507

b) Gestão do Capital

A análise de suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Instituição possui Patrimônio de Referência (capital disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos. A plena adaptação ao arcabouço regulatório de Basiléia III, em conjunto com a capacidade de gerar resultados, contribui para que a Cooperativa mantenha índices de capital estáveis, com folga de capital em patamar confortável, em relação ao mínimo regulatório.

Os fluxos de capital são um aspecto importante na análise de vulnerabilidades. A composição do capital da Credicentro mostra que o nível de concentração de risco é muito baixo, sendo que o maior saldo de capital representa 4,82% da composição total. A estratégia de diversificação sinaliza que o nível de concentração está equilibrado.

As singulares do Sistema Uniprime contam com estrutura de política regulatória para monitoramento de capital, relatório semestral, e adicionalmente, publicam em seu site os dados referentes ao capital que visam a transparência e a saúde financeira da cooperativa.

c) Reserva de capital

Constituída pela taxa de que trata o artigo 64 da Lei 4.870/1965 retida pela usina de açúcar, pertencentes aos produtores de cana, tem a destinação para aumento de capital conforme letra “a” do parágrafo único do artigo 64 da referida Lei. Adicionalmente o artigo 11 do Estatuto Social da Credicentro destina os recursos da taxa para aumento de capital.

d) Reserva Legal

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764/71, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Ao final do exercício as cooperativas são obrigadas a destinar no mínimo 10% das Sobras Líquidas do Exercício, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio do Estatuto Social. Para a cooperativa, o percentual utilizado é de 35% das sobras líquidas do exercício, conforme o estatuto social.

e) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras acumuladas do exercício de 2024 foram destinadas, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2025, o saldo de R\$ 818.625,20 representa o resultado da Cooperativa no exercício de 2025.

Ressalta-se que, do montante das sobras acumuladas, o valor de R\$ 82.727,42 refere-se à absorção de dispêndios relacionados à assistência técnica, educacional e social (FATES), em conformidade com o disposto na NBC ITG 2004.

Movimentação	31/12/2025
Saldo no início do exercício	1.722.758,33
Destinações das sobras do exercício anterior	
Destinação Participação Lucros e Resultados	(22.216,58)
Destinação Cooperados	(1.700.541,75)
Resultado do período - Operacional	715.310,22
Resultado do período - Não Operacional	103.314,98
Destinações e absorções	
Destinação fundo de reserva	(250.358,58)
Destinação FATES - Resultado com Ato Cooperativo	(35.765,51)
Destinação FATES - Resultado com Ato Não Cooperativo	(103.314,98)
Absorção FATES	82.727,42
Resultado do final do exercício	511.913,55

f) Ajuste de Exercícios Anteriores

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e ao disposto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Cooperativa procedeu, no exercício corrente, à retificação de erro identificado na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), referente ao exercício de 2021.

O erro decorreu da apuração da base de cálculo com lucro de ato não cooperativo, o que resultou em recolhimento a menor de IRPJ e CSLL à época. A Cooperativa efetuou a retificação das obrigações acessórias aplicáveis e reconheceu contabilmente os valores complementares como Ajuste de Exercícios Anteriores, com reflexo direto no patrimônio líquido, conforme requerido pelas normas contábeis vigentes.

Os valores envolvidos são apresentados de forma resumida a seguir:

- IRPJ: R\$ 79.932,49
- CSLL: R\$ 37.415,69
- Total do ajuste: R\$ 117.348,18

Adicionalmente, a Administração informa que os exercícios subsequentes se encontram em processo de revisão, visando à identificação de eventuais ajustes da mesma natureza. Esclarece, ainda, que, no exercício corrente, a apuração observou o correto tratamento tributário aplicável.

Nota 17 - Receitas da intermediação financeira:

a) Operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Rendas de adiantamentos a depositantes	6.782,76
Rendas de empréstimos	1.600.873,98
Rendas de direitos creditórios descontados	40.587,78
Rendas de financiamentos	63.891,21
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	313.860,00
TOTAL	2.025.995,73

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Rendas de títulos de renda fixa	1.313.565,03
Rendas de aplicações em fundos de investimento	1.994.329,23
Rendas de centralização financeira	195.413,13
TOTAL	3.503.307,39

Nota 18 - Despesa da intermediação financeira:

a) Operações de captação no mercado:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Despesas de depósitos a prazo	(1.540.935,15)
Contribuição FGCoop	(20.972,30)
TOTAL	(1.561.907,45)

b) Operações de captação no mercado:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Operações de crédito	(1.446,34)
Compromissos de crédito	(6.608,07)
Garantias financeiras prestadas	(3.307,80)
TOTAL	(11.362,21)

Nota 19 – Outras receitas operacionais

a) Receitas de prestação de serviço:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Receitas de tarifas – PJ	67,04
Receitas por serviço de pagamento	16.277,37
Comissões sobre seguros	36.384,79
Comissões sobre serviços	72.932,59
TOTAL	125.661,79

b) Outras receitas operacionais

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Recuperação de encargos e despesas	1.196,75
Outras rendas operacionais	3.201,54
Rendas de processamento SPB	1.944,58
Rendas convênio cartão	5.802,08
TOTAL	12.144,95

Nota 20 – Outras despesas operacionais

a) Despesas de pessoal:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Honorários	(854.136,00)
Proventos	(374.529,27)
Encargos Sociais	(342.573,10)
Benefícios	(121.595,24)
Estagiários	(18.285,00)
TOTAL	(1.711.118,61)

b) Despesas administrativas:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Água, Energia e Gás	(11.888,06)
Aluguéis	(93.486,09)
Comunicação	(28.613,79)
Manutenção e Conservação de Bens	(50.424,57)
Material	(9.662,32)
Processamento de Dados	(418.892,73)
Promoções e relações públicas	(58.123,59)
Propaganda e Publicidade	(27.840,00)
Publicações	(200,00)
Seguros	(5.548,27)
Serviços do Sistema Financeiro	(147.252,24)
Serviços de Terceiros	(25.619,33)
Vigilância e Segurança	(64.768,75)
Serviços Técnicos Especializados	(208.912,95)
Transporte	(20.272,78)
Viagens	(5.134,67)
Outras Despesas Administrativas	(230.751,13)
TOTAL	(1.407.391,27)

c) Despesas tributárias:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Despesas com tributos municipais	(154,00)
Contribuição ao PIS/PASEP ¹	(3.411,47)
TOTAL	(3.565,47)

(1) Contribuição para o PIS/PASEP com base na folha de salários, à alíquota de 1%

d) Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Amortização	(364,46)
Depreciação	(26.033,58)
TOTAL	(26.398,04)

e) Outras despesas operacionais

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Despesas relacionadas as transações de pagamentos	(13.031,34)
Despesas de contingências	(118.794,22)
Outras despesas operacionais	(98.231,03)
TOTAL	(230.056,59)

Nota 21 – Partes relacionadas

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a cooperativa. A cooperativa deve divulgar a natureza do relacionamento, montante das transações, prazos e condições, garantias dadas ou recebidas e provisão para crédito de liquidação duvidosa. Destacamos entre as nossas partes relacionadas a Uniprime Central e os membros estatutários.

a) Uniprime Central

A Cooperativa possui uma relação de filiação com a Uniprime Central, cuja participação no capital social é de R\$ 538.918,73 em 31 de dezembro de 2025. Entre as obrigações da Uniprime do Iguazu com essa relação, destacamos: subscrever e realizar as cotas-partes do capital social na Central e satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Uniprime Central.

A Uniprime Central tem a função de normatizar, controlar e padronizar todas as atividades operacionais e tecnológicas das singulares filiadas.

A Uniprime Central administra o Sistema de Tecnologia denominado Sistema de Tecnologia Uniprime – STU.

b) Remuneração dos administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente, é estabelecida a remuneração dos membros estatutários. Na assembleia realizada em 2025 foi fixado o valor global mensal de 42 salários mínimos mensais.

c) Operações ativas e passivas:

Foram realizadas transações com membros estatutários na forma de depósitos, operações de crédito, capital social e outros serviços. As taxas e prazos oferecidos para estes membros são condizentes com as usufruídas pelos demais cooperados da nossa cooperativa.

Demonstramos o montante de operações ativas e passivas com membros estatutários:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2025	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	2.179.744,83	14,01%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(38.222,51)	8,59%
Operações Ativas	2.141.522,32	
Depósitos	1.397.360,77	10,43%
Capital Social	158.021,72	2,19%
Operações Passivas	1.555.382,49	

Outras Partes Relacionadas: Outras partes relacionadas é representada por familiares próximos (pais, filhos e cônjuges) de membros estatutários, com potencial influência de alteração do capital destes.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2025	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	57.542,11	0,37%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(763,68)	0,17%
Operações Ativas	56.778,43	
Depósitos	781.794,90	5,99%
Capital Social	20.511,45	0,28%
Operações Passivas	802.390,47	

Nota 22 - Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, e de acordo com a Resolução CMN nº 4.606, artigo 12, o requerimento mínimo de patrimônio exigido em relação à ponderação de ativos é de 12% na data-base das demonstrações.

Apresentamos abaixo o realizado para semestre findo:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Patrimônio de referência	24.232.398,15
RWA total (Regime Prudencial Simplificado)	30.333.565,41
Patrimônio requerido	3.640.027,85
Índice de Basileia	79,89%

Nota 23 - Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

A partir de 1º de janeiro de 2025 foram implementadas as mudanças necessárias para garantir conformidade regulatória e a adequada mensuração do risco de crédito, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.966/21.

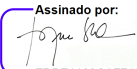
Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela referida resolução foram registrados no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários, conforme demonstrado a seguir:

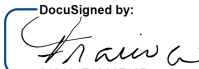
Sobras ou perdas acumuladas em 31 de dezembro de 2024	1.722.758,32
Ajustes de transição no Patrimônio Líquido	
Perda esperada para operações de crédito	(154.269,85)
Provisão para perdas com obrigações com instrumentos financeiros	(1.388,53)
Efeito dos ajustes de transição no Patrimônio Líquido	(155.658,38)
Sobras ou perdas acumuladas em 31 de janeiro de 2025	1.567.099,94

Os impactos apresentados refletiram as mudanças necessárias para garantir a conformidade regulatória e a mensuração adequada do risco de crédito, assegurando a transparência e a consistência das informações financeiras da Cooperativa.

A Administração da **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICENTRO** é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

Araraquara - SP, 31 de dezembro de 2025.

Assinado por:

FD8E1199CA77402...
Luís Henrique Scabello de Oliveira
Diretor Presidente

DocuSigned by:

242404E16A0740D...
Francisco Malta Cardozo
Diretor Operacional

DocuSigned by:

B8DAEB7FBCFB40D...
Géssica Benicio Felipe
Contadora
CRC – PR 066.344/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros efetivos do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FORNECEDORES DE CANA E DEMAIS PRODUTORES RURAIS DO CENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREDICENTRO**, em cumprimento às normas estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e anexos, bem como os registros contábeis, referentes ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Baseado no exame efetuado, nas informações suplementares e explicações obtidas do Conselho de Administração e da Auditoria contratada, somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis representam a posição financeira e patrimonial da Cooperativa, em 31 de dezembro de 2025, merecendo assim nossa recomendação favorável à Assembleia Geral Ordinária para a sua aprovação.

Araraquara (SP), 23 de março de 2026.


Agostinho Tadeu de Figueiredo Monteiro


Jaber Muhammad Uthman


João Luis Scotton